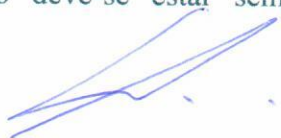


AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARA DEBATER QUESTÕES RELATIVAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO – 2017.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas e vinte minutos, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, houve a Audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento para debater questões relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – 2017. O presidente de dita comissão, **Vereador Wanderley Taboada**, deu início à sessão com os seguintes dizeres: senhora e senhores, boa noite! Esta casa legislativa abre suas portas nessa data à sociedade petropolitana para tratar de um tema de grande relevância, pois iremos debater sobre a lei de diretrizes orçamentárias – LDO – 2017. A seguir convidou para compor a mesa o **Vereador Luizinho Sorriso** para que fosse o secretário desta assembleia. Também anunciou a presença do coordenador de planejamento, o senhor Roberto Rizzo, e coordenador de gestão orçamentária, o senhor Bruno Afonso. O **Vereador Wanderley Taboada** deu continuidade dizendo que o orçamento público é um instrumento de planejamento que espelha decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade. Inicialmente, cabe ressaltar que a LDO é o instrumento por meio do qual o poder executivo estabelece as principais diretrizes e metas da administração pública para o prazo de um exercício. Compreende as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, bem como, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, nos termos do art. 165, §2º, da constituição da República Federativa do Brasil de 1988. É importante ressaltar que essa lei orienta a elaboração da lei orçamentária anual (LOA), elenca parâmetros que buscam sintonizá-la com as diretrizes e metas do plano plurianual (PPA), como também define eventuais regras sobre mudanças nas leis tributárias, de finanças e pessoal. Com o advento da lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (lei de responsabilidade fiscal), a LDO recebeu novas atribuições. Entre elas, estão: responsabilidade de dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e formas de limitação de empenho; normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas. Como se tratam de leis municipais, todo o planejamento orçamentário deve ser encaminhado para a aprovação da câmara de vereadores. Assim, o projeto da LDO, de autoria do poder executivo, é encaminhado a esta casa para ser discutido juntamente com a sociedade civil antes de ser apreciado e votado pelos vereadores. Uma vez aprovado por esta casa, o projeto é devolvido ao executivo para sanção. Posto isso, visando a participação da sociedade petropolitana, nesta fase legislativa, cabem a apresentação e defesa de emendas e sugestões por parte de qualquer cidadão ou entidade civil antes de sua votação. O **vereador Wanderley Taboada** afirmou que, com muita satisfação, veio conduzir os trabalhos deste encontro. Comunicou aos senhores que esta audiência está sendo transmitida pela TV Câmara, e registrada através de ata que,



posteriormente, será publicada na página eletrônica do legislativo municipal. Passou a palavra ao Doutor Roberto Rizzo. O senhor Roberto Rizzo cumprimentou a todos e afirmou a satisfação de estar nesta casa legislativa a qual colaborou em outras atividades. Lembrou que foi apresentada em uma audiência nesta casa legislativa, no mês de fevereiro onde foi apresentada a Lei orçamentária Fiscal, e pôde constatar que o município se encontra hoje em um momento econômico e financeiro muito difícil. Mas hoje viemos tratar das Leis de Diretrizes Orçamentárias, que dá ao poder executivo encaminhar Câmara tanto esta lei quanto as outras leis do plano orçamentário. Afirmou que estas leis são de grande importância para a gestão municipal, quando nela se estabelece o planejamento, buscando, dentro daquilo que o prefeito, quando candidato, pôde encaminhar ao TRE o seu plano de governo por exigência da lei e apresentou ali uma proposta construída junto à população civil organizada, onde apresentamos quinze eixos, com várias ações, e que hoje tomamos essas propostas para estarem inseridas no plano plurianual, e que estarão sendo encaminhadas à Câmara, como determina a Constituição no prazo de até trinta de agosto de dois mil e dezessete e que compreenderá o planejamento municipal do ano de dois mil e dezoito, segundo ano do mandato de prefeito, o ano de dois mil e dezenove, terceiro ano de mandato, e dois mil e vinte, quarto ano de mandato. E o primeiro ano de mandato do ano de dois mil e vinte e um, sendo este plano plurianual compreende o quadriênio de dois mil e dezoito a dois mil e vinte e um. Posto isso, afirmou, ainda Roberto Rizzo, temos que identificar que conforme exposto no ADCT da Constituição, temos um prazo em que primeiramente encaminhamos as Leis de Diretrizes Orçamentárias até o dia quinze de abril, como foi encaminhado no dia doze desse ano, protocolado nessa casa. Esse projeto é bem diferente daqueles que vinham sendo encaminhados em governos anteriores. A LDO 2018 vem com um projeto mais enxuto, em que compreende um número de artigos com uma síntese maior, contando com quarenta e seis artigos nessa proposta, trazendo dispositivos apropriados à LDO quando criada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Afirmou sua satisfação em poder estar fechando um ciclo, pois quando a Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada, ele era servidor do município e fez seus primeiros relatórios, cumprindo as exigências da lei no ano de dois mil e um. Disse que nestes anos várias mudanças foram feitas e que esses relatórios são necessários cumprir, dano à população a possibilidade de acompanhar a execução orçamentária financeira do município, acompanhar a evolução do patrimônio e da composição da dívida pública e as projeções autorias do município, cujo valor e poder diagnosticar todo o comprometimento da despesa pública como também se apropriar dos programas e ações que se compromete a aplicar aos serviços disponíveis ao município de Petrópolis. Disse que a LDO nos seus quadros de riscos fiscais fez uma composição entre aqueles vários riscos que possivelmente podem acometer à execução orçamentária financeira, são as demandas judiciais, existência de riscos de catástrofes naturais e que a pouco o município apresentou junto ao Governo Federal e que tem um plano municipal de redução de risco, devida às questões climáticas, pois como é sabido, Petrópolis é acometida. A isso deve-se estar sempre atento para as nossas capacidades de



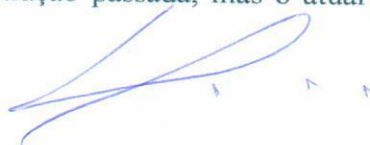
investimento e comprometimento da receita pública. Além disso, há uma possibilidade de frustração de arrecadação, as discrepâncias de projeções que são minimizadas em cima da metodologia de projeção de receita que são feitas, à qual agente aplica uma tendência a ser bastante conservador nessas propostas e a evitar assim surpresas desagradáveis na arrecadação de receitas. Também há outros riscos fiscais que são colocados para a segurança, com o fim de manter o equilíbrio das contas entre receitas e despesas. Então, nos riscos fiscais têm uma previsão de setenta milhões que podem acontecer ou não. Afirmou que quando eles fizeram a metodologia da receita, foi feita a projeção com base nos três últimos anos, aplicando os valores correntes e atenuando encima dos valores constantes sobre a composição de influência da inflação. Esta prática metodológica já é feita desde dois mil e nove. Possuem todo um descritivo dessa memória de cálculo. Após apresentou o senhor Bruno Afonso, que é um servidor de carreira e que vem apresentando essa evolução e fazendo as propostas como foram feitas na audiência que pudemos fazer antes do encaminhamento à Câmara. Tudo isso é feito de forma muito clara para que a população possa se interessar pela análise, fazer suas críticas, e avançar em um melhor projeto de lei ao município. Então, com essa proposta, eles fizeram uma estimativa de metas anuais fiscais com uma evolução para o ano de dois mil e dezoito de uma projeção de um bilhão dez milhões duzentos e quarenta e sete mil cinquenta e três reais e noventa e dois centavos (1.010.247.053,92). Essa é uma previsão e deve-se levar em conta que a economia é muito dinâmica e inclusive o cenário político impacta sobre a evolução econômica. Trouxe uma previsão na metodologia de cálculo de uma taxa de inflação que pode variar de 3,5% a 4,5 %, que são números divulgados em boletim Focus do Banco do Brasil e também analisados pelo Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento. Essa já é uma taxa média usada com uma margem de erro. E como nós também fazemos projeções, também aplicamos uma nova taxa de erro, dano assim uma discrepância muito grande da receita e procurando a intenção de ser conservador em nossa proposta. Afirmou ainda que eles estabelecem uma evolução de metas atribuídas ao triênio de dois mil e dezoito, dois mil e dezenove e dois mil e vinte. Essas serão revistas a cada ano, pois a LDO tem a função de fazer o link entre o planejamento, que é o plano plurianual, e a lei orçamentária, que é aquela lei que estima a receita e fixa despesa conforme determinado nas diretrizes da LDO e também no planejamento firmado pela lei Plurianual. Ali dispomos dos programas, das ações, dos projetos e operações especiais. O outro quadro citado pelo coordenador de planejamento é a questão do cumprimento de metas do ano anterior, que faz uma avaliação em relação ao que a lei de diretrizes orçamentárias para o ano de dois mil e dezesseis estabeleceu como meta atingir em resultado primário em dívida consolidada líquida em resultado nominal e quais valores foram atingidos. Nós vimos que a ocorrência em dois mil e dezesseis houve uma discrepância muito grande e que isso será matéria de avaliação firme do tribunal de contas, podendo inclusive vir a rejeitar as contas do prefeito anterior. Essa discrepância chega ao valor negativo de noventa e dois milhões de reais e uma dívida, um erro, de quase duzentos milhões de reais na evolução da dívida consolidada líquida da meta prevista para a meta realizada,



onde destacou o número mais expressivo de uma meta negativa prevista de cento e dois milhões de reais, e ele apurou um resultado de cento e sete milhões. Então, o que era uma dívida consolidada líquida virou uma dívida firmada positiva de cento e sete. Uma diferença de duzentos e nove milhões de reais. Como foi apresentada em uma audiência anterior, a nossa dívida do ano de dois mil e doze cresceu de duzentos e cinquenta milhões, e para o ano de dois mil e dezesseis chegando a quase seiscentos milhões de reais. Chegamos então a uma evolução de mais de 100% da dívida pública do município. Destacou que isso é apenas com o que ainda está sendo apurado, pois muito dessa dívida não estava nem formalmente empenhadas. Destacou os sequestros que foram feitos e isso tem sacrificado muito a gestão do município, pois em um momento da economia como esse sair dessa situação é sempre mais difícil. O outro número citado por Roberto Rizzo, por considerar de grande relevância, é o relatório que fala das receitas e despesas previdenciárias do regime próprio de previdência, que é o conhecido IMPAS do município, e que ele analisa as receitas e despesas dos últimos três anos – de dois mil e quatorze, quinze e dezesseis – e quando nesses três anos o município perdeu todo o lastro previdenciário na última gestão comprometendo gravemente a saúde financeira do IMPAS, que já era muito ruim. No último ano, de um saldo de setecentos e dez mil, mas aqui ainda não tinha o valor de sequestro que foram feitos das contas e antecipação de pagamento do direito trabalhista, e de pessoas que nem tinham sido exoneradas. Afirmou ser uma vergonha isso ter sido conduzido dessa forma pela gestão passada, foi uma falta de responsabilidade com o servidor público e a população, pois é o contribuinte que acabará arcando com esta conta. Ou seja, um saldo de quase vinte milhões, que se nesses últimos quatro anos houvesse sido conduzido, poderia chegar a quarenta milhões. Afirmou, ainda, que agora conseguiu liberar, na Compensação Previdenciária, dois milhões que estavam presos e esquecidos pela administração anterior. Houve um descaso com o dinheiro público, acrescentou. Em consequência dessa situação, que podemos elencar de calamidade financeira, como podemos ver nas projeções matemáticas, temos para os próximos quarenta anos uma previsão de impacto de um déficit no saldo financeiro que chegará a cinco bilhões e meio de reais. Isso quer dizer que algo precisa ser feito com muita urgência. O governo, através do prefeito Bernardo Rossi, está tomando as providências para fazer uma análise crítica nesse processo e tomar todas as iniciativas, acompanhando o projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional a respeito da previdência para a gente tomar as medidas necessárias para podermos resgatar a dignidade do aposentado pelo serviço público municipal. Apresentou um quadro de receita onde se vê que nos últimos anos tivemos várias concessões de incentivos fiscais que, assim como o estado, compromete muito a gestão financeira do município e reduz a capacidade de investimento do município que hoje não chega a 2%, quando há quatro anos passados ele era três vezes superior. No ano de dois mil e treze, a previsão de investimento do município era de cinquenta e cinco milhões com recursos próprios, fora os advindos de transferências voluntárias, que são os reconhecidos convênios com os Governos Federal e Estadual. Para o orçamento desse ano, foram designados apenas treze milhões de reais, ou seja,



em quatro anos diminuimos em 75% a capacidade de investimento do município. Um dos recursos conseguidos a muito custo em 2012, que foi o PAC de mobilidade, foi abandonado pelo governo passado. Abandonado na Secretaria de Tesouro Nacional, com várias exigências feitas e não cumpridas pelo governo anterior. Isso compromete ainda mais a capacidade do município de dar um conforto aos seus cidadãos, fazer os investimentos necessários em artefatos urbanos, pontes, intervenções rotatórias que é muito falado nesta Casa. O abandono feito junto o DENIT para a recuperação da União e Indústria de trinta milhões de reais. O prefeito Bernardo Rossi está muito atento a estas questões e tem encaminhado isso com muita coordenação política para destravar os recursos e conseguirmos captá-los e dar continuidade aos projetos municipais e dar segurança aos nossos cidadãos, e também há dificuldades com o trânsito. Também a recondução relativa às empresas permissionárias ao transporte público está sendo questionada pelo Ministério Público. Assim, o prefeito tem buscado, junto aos secretários, imprimir um modelo novo de gestão, tratando a gestão pública como uma empresa e, para isso, a condução do PPA, a avaliação de projetos e programas vai ser muito importante. Ressaltou a confiança em poder mudar esta realidade e em pouco tempo dar uma nova cara à cidade de Petrópolis. Terminando sua explanação, o **Vereador Wanderley Taboada** agradeceu o pronunciamento feito, principalmente por reconhecer que para muito a LDO é bastante complicada, porém é a LDO que ajuda o município a se desenvolver e as atitudes que estão sendo tomadas. Eles possuem conhecimento disso. Afirmou que em uma conversa há vinte anos atrás, ouviu dizer que os prefeitos chegam querendo dinheiro, mas não apresentam projetos, e por isso nunca vão receber, perdendo uma importante verba para os municípios. Esclareceu que a **Vereadora Gilda** não está presente, mas apresentou uma emenda protocolada no dia anterior. Passou a vez ao **Vereador Luizinho Sorriso** que iniciou seu pronunciamento cumprimentando ao Vereador Wanderley Taboada, aos senhores Roberto Rizzo e Bruno Afonso, à imprensa e a todos que estão assistindo. Ressaltou a importância da LDO e que às vezes as pessoas têm dificuldade de reconhecer a mesma. As cidades que não têm um planejamento forte encontram dificuldades em se desenvolver, de trazer dinheiro para os projetos que hoje a cidade precisa. Ressaltou a questão dos PAC's, da mobilidade que nós perdemos. Disse que esteve no Duas Pontes e os comerciantes dali perguntaram o porquê a cidade perdeu os recursos para poder fazer o PAC ali. Lembrou que no governo passado duas audiências foram feitas ali com a presença de vários vereadores e a prefeitura não quis investir no projeto e por isso acabamos perdendo este investimento e quem perdeu foi a cidade, que ainda sofre no trânsito com a questão da mobilidade. Afirmou que ontem o prefeito conseguir liberar quatro milhões e oitocentos mil reais com a secretaria de obras para várias construções na cidade, como a conclusão de uma creche na Estrada da Saudade. Ressaltou a importância do planejamento, de haver quem esteja pensando. Afirmou a grande competência do Roberto Rizzo desde a administração do ex-prefeito Paulo Mustrangi. Roberto Rizzo afirmou que alguns fundos conseguidos na administração do Ex-prefeito Paulo Mustrangi não foram administrados pela administração passada, mas o atual governo está trabalhando para



melhorar a situação do município. **O Vereador Luizinho** agradeceu ao prefeito por sua boa articulação com o Governo Federal e Estadual pelo bem da cidade. **O vereador Wanderley Taboaba** disse que a juventude do secretariado é sinal de pessoas com vontade de trabalhar e obter o melhor benefício para a nossa cidade. Quando há vontade há coragem. Afirmou que o prefeito está bem cercado para fazer esta cidade voltar a brilhar. Agradeceu a vinda do Roberto Rizzo e Bruno Afonso, assim como do Vereador Luizinho Sorriso que esteve presente, mesmo sem fazer parte dessa comissão. Lembrou que esta é a casa do povo e aqui voltarão a se reencontrar. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, às vinte horas e quinze minutos, desejando uma boa noite a todos.

